

ASSISTENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL (AEI) NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CEARÁ: APRENDIZAGENS DA DOCÊNCIA CONSTITUÍDAS POR PEDAGOGAS

Diná Ester Batista do Nascimento¹
Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro²

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida entre julho e agosto de 2023 e tem como objetivo identificar que aprendizagens da docência são constituídas por pedagogas que atuam ou já atuaram como Assistentes da Educação Infantil (AEI) em Centros de Educação Infantil (CEI) da rede municipal de ensino de Fortaleza – Ceará. Numa perspectiva qualitativa, realizamos análise documental, nos apoiamos no método História de Vida e para o alcance do objetivo, entrevistamos duas profissionais dessa rede de ensino. Utilizamos as contribuições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), do Documento Referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental/Secretária da Educação do Estado do Ceará (SEDUC, 2019) e da Proposta Curricular para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza (FORTALEZA, 2020). Os resultados evidenciam que as aprendizagens da docência constituídas pelas Assistentes da Educação Infantil participantes da pesquisa dizem respeito à organização do tempo em sala de aula, autoavaliação, mais interação com as crianças nos momentos como rodas de conversa e contação de histórias. Além disso, há necessidade de melhores condições de trabalho, tanto físicas como pedagógicas e maior valorização por parte de políticas de formação e melhoria das condições salariais, aspectos que carecem de mais atenção.

Palavras-chave: Assistente da Educação Infantil, Aprendizagem da docência, Professor Pedagogo.

INTRODUÇÃO

Este estudo, realizado nos meses de julho e agosto de 2023, tem como objetivo identificar que aprendizagens da docência são constituídas por Pedagogas que atuam ou já atuaram como Assistentes da Educação Infantil (AEI) em Centros de Educação Infantil (CEI) da rede municipal de ensino de Fortaleza – Ceará.

Para dar corpo teórico a este estudo, realizamos um levantamento em documentos na legislação educacional brasileira e em documentos que norteiam a educação de Fortaleza-Ceará que versam sobre direitos da criança e sobre a Educação Infantil, dentre os quais destacamos: a Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará - UECE, dinahnascimento@yahoo.com.br

² Professor orientador, Pós-Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, mirtiel frankson@gmail.com

para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009 (BRASIL, 2009), Orientações Curriculares para a Educação Infantil (SEDUC, 2011), o Plano Nacional de Educação/PNE 2014/2024 (BRASIL, 2014), o Plano Estadual de Educação/2016-2024 (SEDUC, 2016), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 (BRASIL, 2017), o Documento Referencial Curricular do Ceará (DCRC) de 2019 (SEDUC, 2019) e a Proposta Curricular para a Educação Infantil da rede municipal de ensino de Fortaleza (FORTALEZA, 2020). Dando continuidade, discorreremos sobre alguns documentos acima descritos.

A literatura mostra que as instituições de ensino no Brasil não foram concebidas para atender a toda a população, crianças de famílias menos abastadas e jovens e adultos, por exemplo, não tinham acesso à educação escolarizada. Nesse cenário, a educação escolar de crianças por um longo período era atrelada à assistência social.

Com o passar dos anos e em meio a reivindicação da sociedade civil, a estudos que constataram a importância da educação escolarizada para bebês e crianças pequenas e a inserção da pauta em discussões político-governamentais, alguns documentos oficiais, dentre eles a CF de 1988 (BRASIL, 1988) e o ECA de 1990 (BRASIL, 1990) passaram a pautar a educação de crianças como um dever do Estado e direito das crianças.

Em termos de legislação educacional, a LDB de 1996 (BRASIL, 1996) e suas alterações, trazem a Educação Infantil (EI) como primeira etapa da Educação Básica complementando a ação da família e da comunidade e que tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade nos aspectos psicológico, físico, intelectual e social. No que se refere a oferta da EI o artigo 30 da referida lei diz que: “será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade”.

O Estado do Ceará, tendo em vista a função sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil, reforça que esta etapa da Educação Básica é o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto da família e que a EI complementa a educação da família, além também de ser responsável na educação e cuidados das crianças.

Anos depois da publicação da LDB de 1996, em 2009, foi publicada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) que norteia o trabalho nesta etapa na rede municipal de Fortaleza e esse documento assevera as interações e brincadeiras como eixos do trabalho pedagógico na Educação Infantil (BRASIL, 2009).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, no que se refere ao desenvolvimento e às aprendizagens importantes para os 06 anos da vida de uma criança trás os chamados Direitos das crianças, são eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e

conhecer-se. O documento enfatiza que o conhecimento da criança vem por meio da experiência e traz os Campos de Experiência, a saber: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017, p.3) a Educação Infantil amplia:

o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar - especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

É importante ressaltar que a BNCC não é um currículo e que os Campos de Experiência não são disciplinas. Trata-se de um documento que reúne orientações e diretrizes que devem guiar a educação brasileira. O referido documento foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC). No tocante a educação escolar no município de Fortaleza podemos mencionar o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) elaborado pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC, 2019) que ao tratar a EI afirma:

A primeira etapa da Educação Básica é responsável por desenvolver em espaços institucionais coletivos - que congregam bebês e crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e adultos em torno de um projeto educativo - práticas pedagógicas que envolvem o cuidar e o educar de forma indissociáveis. A consolidação dessas práticas denota a garantia dos direitos da criança, questões políticas e socioculturais, construídas ao longo das lutas e contribuições teóricas de militantes e estudiosos para dar subsídios de qualidade à Educação Infantil.

O documento enfatiza a EI como um direito assegurado para bebês e crianças, direito esse que é fruto de lutas e reivindicações políticas e da sociedade. O DCRC também reforça o cuidar e educar como indissociáveis, algo delineado pela literatura existente na área e reafirmado em documentos da legislação educacional brasileira.

Consideramos pertinente trazer para esta discussão o documento intitulado “Proposta curricular para a Educação Infantil da rede municipal de ensino de Fortaleza” (FORTALEZA, 2020) que segundo a rede de ensino foi elaborado pelos seguintes profissionais: docentes, coordenadores, técnicos da Secretaria Municipal da Educação (SME) de Fortaleza tendo com consultoria da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, através da Dra. Marisa Vasconcelos Ferreira e com consulta pública aos profissionais da educação e da comunidade escolar (FORTALEZA, 2020).

Vale ressaltar que o referido documento traz uma atualização do documento anteriormente publicado (em 2016, no caso) e tem como fundamento as DCNEI (BRASIL, 2009), a BNCC (BRASIL, 2017) e o DCRC (SEDUC, 2019).

Organizado em sete capítulos, a Proposta Curricular apresenta inicialmente a concepção de currículo. Em seguida, trata sobre a EI como um espaço democrático. Dando continuidade, aborda sobre o planejamento pedagógico. Na sequência o documento apresenta o capítulo “Pensando e transformando espaços, tempos, materiais e interações”. Posteriormente, aborda sobre a Educação Infantil e a família como ações que se complementam. Por fim, a Proposta Curricular trata sobre “Os profissionais que atuam com bebês e crianças e a construção de uma cultura colaborativa nas instituições de Educação Infantil de Fortaleza”, seguida das referências. O documento norteia a prática pedagógica dos profissionais da EI do município de Fortaleza.

No que se refere aos profissionais que atuam como Assistentes da Educação Infantil (AEI), lócus deste trabalho, são profissionais que possuem no mínimo formação de nível Médio na modalidade Normal que atuam em Centros de Educação Infantil (CEI) ou nas unidades escolares em turmas do berçário e do Infantil I ao Infantil III de tempo integral ou não. Vale ressaltar que há AEI em turmas do Infantil IV e V somente em turmas que são de tempo integral.

O cargo foi criado pela Lei Complementar nº 150, de 28 de junho de 2013 (FORTALEZA, 2013) e no ano seguinte houve o único Concurso Público para o cargo efetivo de AEI. Na ocasião, a SME de Fortaleza ressaltou que esses profissionais atuam como apoio técnico-pedagógico aos docentes da rede municipal de ensino, no intuito de garantir o efetivo funcionamento da sala de aula e a manutenção da qualidade do serviço público. Dentre as atribuições gerais do cargo destacamos acompanhar as atividades didáticas realizadas pelos docentes em sala de aula. E como atribuições específicas mencionamos: realizar, em parceria com o professor, procedimentos de cuidados e de higiene das crianças no que se refere a: higiene pessoal, saúde, sono, alimentação e segurança.

Conforme aludimos anteriormente, a prefeitura municipal de Fortaleza realizou, até o momento da elaboração deste trabalho, um único Concurso Público para profissionais AEI efetivos e por essa razão realiza Seleções Públicas para a contratação de profissionais AEI temporários.

Realizamos um levantamento prévio realizado na base de dados SciELO utilizando o descritor “Aprendizagem de professores”, “Aprendizagem docente” e “Aprendizagem da docência” de artigos publicados no período de 1996 a 2020. As publicações nos permitiram

evidenciar como a temática está sendo abordada por outros autores e suas pesquisas concluídas. Selecionamos 04 estudos os quais descreveremos a seguir.

Em 2014 a autora Maria Isabel da Cunha realizou o estudo “Aprendizagem da docência em espaços institucionais: é possível fazer avançar o campo da formação de professores?” no intuito de afirmar que a formação de adultos se valoriza quando as modalidades nessa direção favorecem a capacidade dos atores, nas organizações, de produzirem seus próprios conhecimentos e esse é o caso dos professores.

O artigo “Trabalho, carreira, desenvolvimento e mudança na prática educativa” realizado em 2016 por Dalila Andrade Oliveira e Claudio Pinto Nunes apresenta uma discussão sobre algumas questões encontradas na literatura recente sobre a profissão docente, nas condições de trabalho do professor, no desenvolvimento profissional, na carreira e na mudança na prática educativa.

Para os autores, o desenvolvimento discente e o desenvolvimento social devem ser levados em conta quando se trata sobre formação e desenvolvimento profissional docente e que para que o professor não seja considerado responsável pelo sucesso ou pelo fracasso escolar dos alunos é necessário haver uma maior articulação entre as políticas públicas e o trabalho docente.

No estudo realizado em 2017 intitulado “Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente”, Antônio Nóvoa mostra a necessidade de se pensar a formação de professores como uma formação profissional e aborda a necessidade de reorganizar o lugar da formação de professores, desdobrando o conceito de posição.

O autor apresenta duas necessidades, a primeira diz respeito a se pensar a formação de professores como uma formação profissional e que para que isso ocorra é fundamental construir um novo lugar institucional, que traga a profissão para dentro das instituições de formação. A segunda necessidade delineada por Nóvoa é a de reorganizar o lugar da formação de professores, desdobrando o conceito de posição em movimentos, a saber: disposição pessoal, interposição profissional, composição pedagógica, recomposição investigativa e exposição pública.

Flávia Medeiros Sarti é autora do artigo “Dimensão socioprofissional da formação docente (aportes teóricos e proposições)” que teve como objetivo focalizar a dimensão socioprofissional da formação docente a partir de pressupostos teóricos ligados à Sociologia da Prática e a Sociologia do Conhecimento.

A literatura mostra que aprender no contexto da docência remete ao aprendizado que reflete na prática pedagógica dos profissionais. Para Mizukami (2004) a escola constitui-se

como um espaço de aprendizagem da docência, algo também constatado neste estudo realizado com Pedagogas que atuam como Assistentes da Educação Infantil.

Para Boas e Barbosa (2016, p. 1104), a aprendizagem docente diz respeito a mudança “nos padrões de participação na prática pedagógica em que exerce a tarefa do ensino – aprendizagem na docência – e que pode provocar a mudança nesses padrões – aprendizagem para a docência – na prática pedagógica escolar”. Embora não estejam atuando como professoras, as Pedagogas participantes que trabalham como AEI mencionam em seu discurso aprendizagens da docência constituídas no contexto em que estão trabalhando.

Este trabalho está dividido da seguinte forma: inicialmente apresentamos a introdução sobre a temática proposta e descrevemos os fundamentos teóricos que serviram de aporte. Posteriormente, apresentamos, respectivamente, a metodologia, os resultados, a conclusão e as referências.

METODOLOGIA

Pautado na abordagem qualitativa, para o alcance dos objetivos realizamos análise documental, com a consulta a alguns documentos da legislação educacional do Brasil, do Ceará e de Fortaleza-Ceará e ao documento que rege a prática dos profissionais da Educação Infantil de Fortaleza intitulado “Proposta curricular para a Educação Infantil da rede municipal de ensino de Fortaleza” (FORTALEZA, 2020).

Nos apoiamos no método História de Vida e realizamos entrevista narrativa com duas Pedagogas sendo uma que atua e outra que atuou como Assistente da Educação Infantil da rede pública municipal de Fortaleza.

Com base nas contribuições de Josso (2007) que trata sobre o Método História de Vida, realizamos as seguintes etapas para desenvolver a pesquisa com as Pedagogas colaboradoras: apresentação do tema da reflexão biográfica, elaboração da narrativa oral, transcrição, passagem da narrativa oral à escrita e análise de dados, por meio de categorias tendo como aporte o referencial teórico elencado na pesquisa e outros referenciais que surgiram no relato das participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentamos os resultados e as discussões do estudo. Inicialmente apresentamos o perfil das participantes, vejamos o quadro a seguir que apresenta informações

iniciais que possibilitam conhecer o perfil das colaboradoras. Ressaltamos que o nome utilizado foi escolhido pelas participantes na ocasião da entrevista narrativa. Vejamos:

Quadro 1 - Informações iniciais sobre as participantes da pesquisa

NOME FICTÍCIO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Marinah	Pedagogia	Educação Infantil	Não	Não
Educada	Pedagogia	Alfabetização e Multiletramentos	Não	Não

Fonte: Elaborado pelos autores - 2023.

O quadro acima revela que ambas são Pedagogas, critério delineado para participar deste estudo, e que as profissionais possuem Especialização e que não possuem Mestrado. Como complemento para conhecer o perfil das participantes questionamos as informações que constam no quadro a seguir, vejamos:

Quadro 2 - Informações complementares sobre as participantes

NOME FICTÍCIO	Tempo de experiência profissional como docente da Educação Infantil	Tempo de experiência como Assistente da Educação Infantil
Marinah	14 anos	02 anos (24 meses)
Educada	09 anos	07 anos e 11 meses

Fonte: Elaborado pelos autores - 2023.

Constatamos que as profissionais possuem entre 09 e 14 anos de experiência como docente da Educação Infantil. No que se refere ao tempo como AEI possuem entre 02 e 07 anos. Ressaltamos que Marinah atualmente trabalha como professora substituta e já atuou como AEI, também substituta. Já a participante Educada, atualmente é AEI efetiva. Ambas trabalham no mesmo Centro de Educação Infantil. Educada trabalha no local há 07 anos e Marinah trabalha há 06 meses. Ao nos referirmos sobre profissionais efetiva e substituta, não queremos fazer distinção, mas somente chamar atenção do leitor para algo reivindicado pela categoria que é equiparação salarial para profissionais efetivos e substitutos, pois constatamos

que o salário do AEI substituto é menor que o salário de um AEI efetivo. Constatamos ainda que essa diferenciação não ocorre quando se trata de professores efetivos e substitutos.

Dando continuidade, apresentamos dados referentes a aprendizagem da docência constituídas pelas Pedagogas, vejamos o quadro a seguir:

Quadro 3: Aprendizagens da docência constituídas pelas Pedagogas

NOME FICTÍCIO	Pra você o que é aprendizagem da docência?	Que/Quais aprendizagens da docência você constitui/constituiu como AEI?
Marinah	É buscar constantemente subsídios para nossas aulas. Estar sempre aprendendo, pesquisando estudos para nossa prática pedagógica.	Organização do tempo em sala de aula; Autoavaliação; Mais interação com as crianças; Rodas de conversas; Contação de histórias.
Educada	É estar sempre apto a novos conhecimentos.	O falar, as interações através de rodas de conversa e contação de histórias.

Fonte: Elaborado pelos autores - 2023.

Aprender se faz necessário para o exercício da profissão AEI. Nesse cenário, consideramos pertinente para este estudo questionar as participantes sobre o que é aprendizagem da docência para elas e chama atenção a resposta da profissional Marinah que considera que essa aprendizagem diz respeito ao aprendizado, a pesquisa e estudos para “nossa prática pedagógica”. Nessa direção, delinea Boas e Barbosa (2016) ao afirmarem que a aprendizagem considerada da docência diz respeito à aprendizagem que reflete na prática pedagógica. Algo recorrente no relato das Pedagogas que atuam ou atuaram como AEI sobre aprendizagens da docência constituídas como AEI é a interação com as crianças em momentos de contação de história e rodas de conversa que conforme consta como atribuição dos profissionais Assistentes da Educação Infantil da rede municipal de Fortaleza que é acompanhar e auxiliar os docentes nas atividades didático-pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo identificar que aprendizagens da docência são constituídas por pedagogas que atuam ou já atuaram como Assistentes da Educação Infantil

(AEI) em Centros de Educação Infantil (CEI) da rede municipal de ensino de Fortaleza – Ceará.

Os resultados evidenciam que as aprendizagens da docência constituídas pelas Assistentes da Educação Infantil participantes da pesquisa dizem respeito à organização do tempo em sala de aula, autoavaliação, mais interação com as crianças nos momentos como rodas de conversa e contação de histórias. Além disso, há necessidade de melhores condições de trabalho, tanto físicas como pedagógicas e maior valorização por parte de políticas de formação e melhoria das condições salariais, aspectos que carecem de mais atenção.

REFERÊNCIAS

- BOAS, Jamille Vilas; BARBOSA, Jonei Cerqueira. Aprendizagem do professor: uma leitura possível. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 22, n. 4, p. 1097-1107, dez .2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-731320160040016>>. Acesso em: 26 nov. 2023.
- BRASIL. CNE/CEB. Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília – DF.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- CEARÁ. Governo do Estado do Ceará/Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Fortaleza: SEDUC, 2019.
- CEARÁ. **Plano Estadual de Educação 2015-2024**. Fortaleza: Seduc, 2015.
- CEARÁ. Secretaria de Educação. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil /Secretaria de Educação do Estado do Ceará – Fortaleza: SEDUC, 2011**. Disponível: <<http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CUNHA, Maria Isabel da. Aprendizagem da docência em espaços institucionais: é possível fazer avançar o campo da formação de professores? **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 789-802, nov. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2023.

FORTALEZA. Câmara Municipal de Fortaleza. **Lei Complementar nº 150, de 28 de junho de 2013**. Cria na estrutura administrativa da Secretaria Municipal da Educação cargos de provimento efetivo de Assistente da Educação Infantil, para serem preenchidos por meio de Concurso público, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/3235/text?#:~:text=CRIFA%20NA%20ESTRUTURA%20ADMINISTRATIVA%20DA,P%3%9ABLICO%2C%20E%20D%3%81%20OUTRAS%20PROVID%3%8ANCIAS>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Educação. **Proposta Curricular para a Educação Infantil de Fortaleza**/Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza - Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2020.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Revista Educação**, Porto Alegre/RS, ano 30, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/gepiem/files/2008/09/a_tranfor2.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L. S. Shulman. *In: Educação*, Santa Maria, v. 29, n. n 02, p. 33-49, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3838/2204>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NÓVOA, Antônio. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, 47, 166, 1106-1133, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WYkPDBFzMzrvnbsbYjmvCbd/?format=pdf&lang=pt> Acessado em: 15 set. 2023.

NUNES, Claudio Pinto; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 66-80, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000100066&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2023.